

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DURANTE A PANDEMIA DE COVID 19 EM PORTUGAL

Dalila Cerejo¹
Rosário Rosa²
Ana Lúcia Teixeira³
Wânia Pasinato⁴
Manuel Lisboa⁵

RESUMO

O contexto pandémico, particularmente o primeiro confinamento de 18 de março de 2020, trouxe uma enorme incerteza, tanto em Portugal como em todo o mundo, sobre o que estaria a acontecer às mulheres relativamente à sua exposição a situações de violência. Este artigo apresenta os principais dados obtidos no projeto *O impacto da COVID-19 na violência contra as mulheres*, desenvolvido em 2020. Através de uma amostra estatisticamente representativa de 1500 mulheres portuguesas (Continente e Regiões Autónomas) foi possível concluir que, durante o período do primeiro confinamento, as mulheres ficaram ainda mais expostas à violência do que anteriormente.

Palavras-chave: Violência contra as mulheres, desigualdade de género, violência de género, pandemia da COVID-19.

ABSTRACT

The pandemic context, particularly the first confinement on 18 March 2020, brought about a huge uncertainty, in Portugal and worldwide, about what would be happening to women, especially in terms of their potential exposure to situations of violence. This article presents the main data obtained in the project funded by the Foundation for Science and Technology (FCT) on the impact of COVID-19 on violence against women. Through a statistically representative sample of 1500

¹ Doutora em Sociologia, professora Auxiliar da NOVA/FCSH, Vice-Coordenadora do Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Coordenadora do Grupo de trabalho Desigualdades e Ação Pública e Subdiretora do Centro Interdisciplinar em Ciências Sociais (CICS.NOVA- NOVA-FCSH). É investigadora sénior do Observatório Nacional de Violência e Género da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia. É ainda, *Independent Advisor for the European Parliament* nas questões da violência de Género e práticas nefastas. Os seus trabalhos de investigação são centrados na violência de género, particularmente nos contextos emocionais de vítimas e agressores.

² Doutora em Sociologia, exerce funções como professora auxiliar no DCSG da Universidade Aberta desde 2016. É também investigadora integrada do CFE– Universidade de Coimbra/Polo da Universidade Aberta. Colabora ainda com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, quer como professora auxiliar convidada, quer enquanto investigadora colaboradora do CICS.NOVA/ONVG. Os seus principais interesses de investigação centram-se nas desigualdades sociais; género e violência; e práticas e saberes leigos de saúde e doença.

³ Doutora em Sociologia e mestre em Prospecção e Análise de Dados. É professora auxiliar no Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) e investigadora integrada no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA). Os seus interesses de investigação centraram-se nas desigualdades de género, em particular no campo da política e violência contra as mulheres, violência doméstica e violência de género.

⁴ Doutorado em Sociologia (USP). Pós-Doutorado (UNICAMP). Consultora especializada em políticas públicas de enfrentamento à violência de género contra as mulheres. Membro do Consórcio Lei Maria da Penha. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Democracia e Memória (GPDH-IEA)

⁵ Doutor em Sociologia, professor catedrático da Universidade Nova de Lisboa. Director do Observatório Nacional de Violência e Género e investigador no CICS.NOVA, onde coordenou ao longo das últimas décadas mais de 25 projectos de investigação nas áreas da violência contra as mulheres, doméstica e de género. É autor de vários livros e artigos sendo um dos peritos internacionais do Conselho da Europa no âmbito da Task Force to Combat Violence Against Women, including Domestic Violence e do European Institute for Gender Equality (EIGE) e membro do Conselho Técnico-Científico da CIG, em Portugal.



Portuguese women (Mainland and Islands of Madeira and Azores) it was possible to conclude that during the 1st confinement period women were even more exposed to violence.

Key-Words: Violence against women, gender asymmetries, gender-based violence, COVID 19 pandemic.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar e discutir os dados resultantes de um projeto de investigação científica dedicado à compreensão do impacto da COVID-19 na violência contra as mulheres.

O contexto pandémico provocado pela disseminação da COVID-19, levou à tomada de uma série de medidas para a sua mitigação, onde se incluem medidas mais ou menos restritivas de confinamento. Após o decreto governamental (Decreto n.º 2-A/2020, publicado em Diário da República n.º 57/2020) que declarou o primeiro confinamento em Portugal, foi evidente a preocupação de ONG, entidades oficiais, e especialistas na área da violência contra as mulheres, com a situação particularmente vulnerável a que muitas mulheres poderiam ficar expostas. Esta preocupação adensava-se perante as evidências científicas que demonstram que a violência contra as mulheres (VCM) ocorre sobretudo em casa (LISBOA et al., 2009), aumenta em períodos de emergência, crise ou epidemias (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020b), que se caracteriza pelo controlo social imposto pelo agressor e pelo isolamento da vítima (CEREJO, 2014; Cerejo, 2016; DIAS, 2010; LISBOA, 2016; LISBOA et al., 2003; LISBOA et al., 2009) e é potenciada em períodos prolongados de convivência com o agressor ou pela perda de rendimento/emprego (LISBOA, 2016; LISBOA et al., 2009).

Os dados nacionais relativos às participações às forças de segurança do crime de violência doméstica durante o início do período de confinamento (13 de março a 17 de abril de 2020) revelavam um decréscimo de 33% das denúncias de violência doméstica (VD) face ao período homólogo (13 de março a 17 de abril de 2019) (MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, 2020). Apesar deste decréscimo, que se verificou também no início da pandemia em Itália e no Norte de França, outros países revelaram um aumento considerável das participações de VCM desde o início da pandemia (China, EUA, Reino Unido, Argentina, Espanha) (UNITED NATIONS WOMEN, 2020; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020a). Assim, um dos desideratos do projeto era identificar, através de evidências científicas, o que poderia estar a acontecer às mulheres. Admitia-se, por um lado, que algumas mulheres poderiam já ser vítimas antes da pandemia e estariam a sofrer de uma intensificação do abuso já pré-existente. Por outro, em relação às mulheres que nunca tinham sido vítimas, o contexto da pandemia e/ou confinamento poderia vir a desencadear atos de violência.

É, portanto, com este panorama de incerteza e falta de conhecimento sobre a verdadeira dimensão de uma violência, que a pandemia poderia a favorecer ainda mais a sua ocultação, que surge esta investigação⁶ e cujos principais resultados serão elencados neste artigo. Nele, propomos fazer uma análise longitudinal da evolução dos padrões e dinâmicas da VCM, incluindo a violência doméstica (VD), num quadro temporal que, centrado na pandemia, se divide em três momentos: antes do confinamento (considerando os anos anteriores até 18 de março de 2020); durante o confinamento (18 de março a 2 de maio de 2020) e entre 2 de maio de 2020 (data que marca o início do primeiro desconfinamento progressivo) até ao final do trabalho de campo.

Estudos académicos sobre a violência contra as mulheres durante a pandemia

A OMS e a UN WOMEN realçaram a importância da investigação e da recolha de dados durante a pandemia da COVID-19 enquanto uma importante ferramenta para conhecer e atuar na diminuição dos efeitos da violência sobre as mulheres, nomeadamente através da criação de estratégias de prevenção para crises futuras (UNITED NATIONS WOMEN & WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020). De facto, durante o primeiro confinamento provocado pela COVID-19, os dados existentes eram, por um lado, poucos e por outro lado contraditórios. Nalguns países, sobretudo europeus, as únicas fontes de informação mais precoces, e únicas durante um período de tempo considerável, eram os dados das entidades responsáveis pelo atendimento às vítimas, nomeadamente ONG e dados administrativos das forças policiais, por exemplo. Em França, por exemplo, os casos de violência doméstica cresceram 30% desde março de 2020. Também na Alemanha, Espanha e Reino Unido as autoridades governamentais, ativistas e outras entidades, indicam um aumento dos casos de violência doméstica durante a crise pandémica (UNITED NATIONS WOMEN, 2020).

Os estudos académicos, em virtude do planeamento metodológico e científico do qual dependem tendo em vista a sua aplicação, começaram apenas a surgir mais tarde. No contexto europeu, por exemplo, uma investigação realizada em Espanha, a partir de um questionário online a 8951 mulheres espanholas com foco na relação com o/a parceiro/a durante o confinamento, concluí que, em consequência da pandemia da COVID-19, a

⁶Projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. GENDER RESEARCH for COVID 19-ID do Projeto: 106

incidência de violência nas relações de intimidade cresceu 23,4% durante os primeiros 3 meses do confinamento naquele país (ARENAS-ARROYO et al., 2020). Na Alemanha foi desenvolvido um outro estudo representativo da população, com recurso a um questionário online a mulheres em relações de intimidade, dos 18 aos 65 anos, entre as datas correspondentes ao confinamento, de 22 de abril e 8 de maio de 2020 e dos 3818 questionários realizados, 3,1% reportaram incidentes de conflito físico, 7,7% reportou abuso emocional (EBERT e STEINERT, 2021).

Em França um estudo que tinha como objetivo de investigar o impacto da pandemia na violência doméstica, conclui que 43,2% das mulheres reportaram já ter sofrido abuso físico ou sexual na vida e 7,1% das mulheres reportaram que foram vítimas de abuso físico ou sexual após o confinamento (PERAUD et al., 2021).

Em Portugal existem alguns dados sobre a violência contra as mulheres durante o período pandémico. Um deles (GAMA et al., 2020) procurou, através de um inquérito online, realizado entre os meses de abril a outubro de 2020, recolher informação sobre violência doméstica e sobre a procura de ajuda durante a pandemia. Concluiu que, num conjunto de 1062 respondentes (826 mulheres e 236 homens), 146 (13,7%) relataram ter sofrido violência doméstica; 13% a nível psicológico; 1% sexual; e 0,9% de violência física. O estudo indica ainda que a maioria (62,3%) das vítimas não procurou ajuda, referindo considerarem desnecessário por não mudar nada e ou por se sentirem constrangidas com a situação de violência. Neste sentido, apenas 4,3% das vítimas procurou efetivamente ajuda policial.

Um outro projeto “Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica (VMVD) em Tempos de Pandemia: caracterização, desafios e oportunidades no apoio à distância”, promovido pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e financiado pela FCT, conclui que entre 22 de março e 3 de maio de 2020 foram reportados à APAV 683 casos de violência doméstica, representando 86% de casos denunciados de violência à instituição naquele período. Do casos de violência doméstica, 34,1% são em contexto de relações de intimidade, 83% das vítimas eram mulheres e 76,6% dos/as agressores/as são homens). É de notar que 34% das vítimas mulheres referem não ter histórico de vitimação prévia (ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA, 2021).

Os estudos internacionais e nacionais referenciados, apesar de oferecerem importantes pistas sobre a vitimação contra as mulheres, apresentam dados parcelares,

com amostras pequenas, e que por isso carecem de um maior aprofundamento. Neste sentido, uma das preocupações deste estudo foi assegurar uma amostra representativa das mulheres portuguesas, tendo também como objetivo a dimensão temporal, procurando obter conhecimento longitudinal sobre o fenómeno da violência contra as mulheres no período traçado.

1. Metodologia

A estratégia de operacionalização do presente estudo passa pela utilização de uma metodologia mista de recolha de informação, que combina técnicas quantitativas e qualitativas. Não se trata do uso paralelo das diferentes abordagens, mas sim da interpenetração das suas abordagens, pelo que os dados recolhidos pelo método quantitativo devem contribuir de alguma forma para os dados produzidos pelo método qualitativo e vice-versa (BRYMAN, 2016).

A abordagem quantitativa utilizada para recolher os dados que serão apresentados neste artigo consubstanciou-se na técnica de inquérito por questionário, que nos permitiu ter uma visão em extensão do(s) fenómeno(s) em estudo. A abordagem qualitativa teve por base a realização de dois grupos focais, sendo um com vítimas de violência e outro com técnicos/as de apoio à vítima que fizeram atendimentos durante o período de confinamento e que foram realizados em dois momentos distintos do desenvolvimento do projeto. O primeiro se desenvolveu no momento de construção do questionário, quando os contributos emergidos destes dois grupos focais permitiram afinar os conteúdos do questionário bem como considerar a inclusão de novas questões que não são contempladas nos questionários aplicados em contextos de normalidade, isto é, de inexistência de pandemia ou confinamento. O segundo momento ocorreu após a aplicação do questionário e de uma análise preliminar dos seus resultados, quando foram realizados mais dois grupos focais, novamente com mulheres vítimas e com técnicos/as de apoio à vítima. Nele, a equipa tentou explorar as dinâmicas, padrões e trajetórias da violência antes, durante e depois do período de confinamento com o objetivo de isolar alterações na dinâmica da violência em relação aos três períodos de tempo assinalados.

Detalhamos de seguida o contexto de aplicação do inquérito por questionário. O universo deste estudo são as mulheres residentes em Portugal com 18 ou mais anos. No que diz respeito à amostra, ela foi definida a partir de um pressuposto aleatório. Optámos

por uma amostra de 1500 mulheres, distribuídas de forma proporcional ao universo no que diz respeito à idade (4 escalões etários: 18-24; 25-44; 45-64; 65+ anos) e à região de residência (NUTS II⁷: Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores, Região Autónoma da Madeira). Uma das características metodológicas deste inquérito é a sua representatividade a nível nacional, incluindo o Continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, sendo a primeira vez que ocorre em Portugal um estudo em que também as ilhas, a par do território continental, são estatisticamente representativos. Isto permite-nos ter dados que também possibilitam uma visão mais aproximada das prevalências da violência contra as mulheres nas várias regiões tal como apresentaremos na discussão dos resultados.

Quanto à delimitação temporal do estudo foram definidos dois grandes intervalos que foram subdivididos em outros dois mais limitados relativos à recolha de informação sobre a violência sofrida: a) antes do primeiro confinamento (até 18 de março de 2020), que inclui o ano anterior ao confinamento (18 de março de 2019 a 18 de março de 2020) e os anos anteriores ao confinamento (antes de 18 de março de 2019); b) pandemia (18 de março de 2020 a 27 de janeiro de 2021), que inclui o período do confinamento (18 de março a 2 de maio de 2020) e do pós-confinamento (a partir de 2 de maio de 2020, data que marca o início do primeiro desconfinamento progressivo, até 27 de janeiro de 2021, data da finalização do trabalho de campo).

A administração do questionário decorreu entre os dias 7 e 27 de janeiro de 2021, tendo sido obtido um total de 1541 questionários válidos. A margem de erro para a estimação da prevalência, para um intervalo de confiança de 95%, é de $\pm 2,5\%$.

O contexto de pandemia obrigou a uma recolha remota de informação, tendo sido utilizado o inquérito por questionário por administração telefónica, em sistema CATI (*Computer Assisted Telephone Interviewing*). Tendo vindo a ganhar espaço no domínio da investigação científica (UNITED NATIONS, 2014), o CATI não é, contudo, o sistema mais comumente utilizado no contexto de inquéritos à violência, pelo que foi feita uma avaliação desta opção a partir das reflexões produzidas pela entidade nacional de referência no que diz respeito à produção de estatísticas, o Instituto Nacional de Estatística (INE), por organizações e autores internacionais e também a partir das

⁷ NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos. NUTS 2 abrange sete regiões, das quais cinco estão no continente e duas são regiões autónomas.

experiências internacionais mais significativas ao nível da aplicação de inquéritos à violência contra as mulheres, doméstica e de género.

Sumariamente, a inquirição telefónica deve ser usada em locais onde se sabe existir um total ou muito boa cobertura telefónica e quando, a optar por métodos de amostragem aleatórios, se tem acesso a bases de sondagem com qualidade. Nestes casos, os custos envolvidos na recolha de informação são muito mais baixos e a gestão das marcações/remarcações está facilitada, já que podem ser feitos múltiplas tentativas de contacto e de reagendamento sem a necessidade de sucessivas deslocações do inquiridor. No caso dos estudos sobre violência contra as mulheres, este elemento é de grande relevância, já que, muitas vezes, a entrevista tem de ser interrompida ou agendada para outra altura de modo a assegurar a segurança das mulheres. Ainda, no contexto dos estudos sobre VCM, os questionários telefónicos, por diminuírem o efeito da presença do entrevistador e por reforçarem o anonimato, promovem um maior à-vontade para falar sobre “comportamentos estigmatizados e experiências sensíveis ou constrangedoras” (UNITED NATIONS, 2014, p. 34). Adicionalmente, os inquéritos telefónicos permitem maior privacidade (e segurança das vítimas) já que mais ninguém ouve as questões que estão a ser colocadas; no entanto, por não estar presente no local, o entrevistador não consegue garantir que o entrevistado está sozinho a responder às questões.

A nível nacional, o INE tem incluído o modo de recolha de dados através de CATI em diversas das suas operações estatísticas, algumas delas das mais relevantes como é o caso do Inquérito ao Emprego (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2010). Ainda que possa manter o modo presencial, inclui a inquirição telefónica de modo a otimizar a taxa de resposta e os custos. Especificamente no que diz respeito aos inquéritos sobre violência contra as mulheres, doméstica e de género, foram diversos os que recorreram a este método, tanto nos EUA (TJADEN e THOENNES, 2000), como em Espanha (MINISTERIO DE SANIDAD, SERVICIOS SOCIALES E IGUALDAD, 2015) ou em França (HAMEL, 2014; INSTITUT NATIONAL D'ÉTUDES DÉMOGRAPHIQUES, 2020) e ainda em estudos transnacionais, como é o caso do *WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women* (GARCIA-MORENO et al., 2005) ou do *Violence against women: an EU-wide survey* (EUROPEAN UNION AGENCY FOR FUNDAMENTAL RIGHTS, 2014).

Assim, após este trabalho crítico e de reflexão, considerámos adequada a aplicação do CATI neste estudo, em linha com as orientações das Nações Unidas para a produção de estatísticas sobre violência contra as mulheres que defende que qualquer modo de recolha pode ser adequado à recolha de informação sobre este tema, desde que o questionário seja construído de forma apropriada (UNITED NATIONS, 2014).

A construção do questionário partiu das bases científicas estabelecidas pelos inquéritos à violência de género e doméstica construídos no âmbito dos inquéritos nacionais, regionais e locais pelos quais a presente equipa de investigação foi responsável, mas beneficiou ainda de um conjunto de outros instrumentos de recolha de informação de referência a nível internacional, como é o caso do inquérito da European Union Agency for Fundamental Rights (EUROPEAN UNION AGENCY FOR FUNDAMENTAL RIGHTS, 2014) e da pesquisa de estudos nacionais que, na altura da construção deste questionário, estavam em curso sobre o contexto da pandemia provocada pela COVID-19. Embora este artigo não convoque a totalidade dos resultados de todos os conteúdos e variáveis recolhidas no terreno, parece-nos importante apresentar a estruturação geral adotada para o questionário.

Quadro 1 - Estrutura do questionário

MÓDULO	CONTEÚDOS	APLICABILIDADE
A – Caracterização sociodemográfica	A1. Naturalidade A2. Nacionalidade A3. Idade A4. Distrito/concelho/freguesia de residência A5. Estado civil A6. Filhos A7. Nível de instrução A8. Profissão A9. Situação face ao emprego	Todas as inquiridas
B – Contexto de vida durante o confinamento	B1. Manutenção/mudança de residência B2. Tipo de habitação B3. Configuração da habitação B4/B5/B6. Configuração do (e alterações ao) agregado doméstico B7/B8. Alterações à situação laboral B9. Alterações ao rendimento	Todas as inquiridas
C – Impacto psicossocial do confinamento	C1. Dimensões da vida afetadas C2. Estado de espírito/humor	Todas as inquiridas
D – Vitimação	D1-D13. Ocorrência de ato de violência D1.1-D13.1. Tempos de ocorrência dos atos (últimos 12 meses/anos anteriores/durante o confinamento/depois do confinamento)	Todas as inquiridas
E – Caracterização dos atos de violência sofridos	E1-E3. Caracterização do/a agressor/a E4. Local de ocorrência E5. Perceção sobre os motivos E6. Pessoas que assistiram ao ato E7. Reação	Vítimas de atos de violência
F – Impacto geral	F1. Perceção sobre o impacto do confinamento na violência sofrida F2. Alterações no segundo período de confinamento	Vítimas de atos de violência
G – Conclusão	G1. Infeção por SARS-COV-2 G2. Infeção por SARS-COV-2 no agregado familiar G3. Observações	Todas as inquiridas

Fonte: Lisboa et al., 2021.

Pela sua centralidade no estudo do fenómeno, apresentamos de seguida a listagem dos atos de violência sobre os quais as inquiridas foram questionadas.

Quadro 2 - Atos de violência questionados

Violência psicológica	1. Gritos, ameaças verbais, escritas ou gestuais
	2. Comportamentos, palavras e/ou insultos com o objetivo de ofender/humilhar
	3. Tentaram controlar a sua vida com o objetivo de isolá-la
	4. Roubo e/ou utilização de bens/objetos/dinheiro/cartão de crédito contra a vontade da própria/sem a autorização da própria
	5. Apropriação de casa/partes da casa por terceiros (ocupar divisões da casa, modificar mobília, colocar objetos, colocar a pessoa em anexos), sem autorização da própria
Violência física	11. Ameaças verbais ou tipo ‘mato-te’ ou ‘mato-me’
	12. Ameaças com armas de fogo ou brancas
Violência física	6. Agressões físicas (agarrar, torcer o braço, bofetadas, murros, pontapés, puxões de cabelo, arranhões ou mordidelas, empurrões)
	7. Tentativa de estrangulamento/apertar o pescoço
Violência sexual	8. Tentativas de contacto físico com conotação sexual
	9. Mensagens escritas, telefónicas ou através das redes sociais com o propósito de a assediarem
	10. Tiveram ou tentaram ter consigo relações sexuais forçadas

Fonte: Lisboa et al., 2021.

Como referido anteriormente, a situação particular da pandemia e os períodos de confinamento a ela associados criam constrangimentos adicionais à forma mais comum e tradicional de recolha de dados de violência contra as mulheres, doméstica e de género (entrevistas face-a-face). Conforme exposto, o contexto de pandemia obrigou a uma recolha remota de informação, neste caso por telefone. Apesar da nossa avaliação apontar para este método como o mais adequado, é necessário ter em conta algumas questões de carácter ético, nomeadamente as levantadas pelas Nações Unidas e pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Assim, foram tomadas medidas no sentido de ir ao encontro da garantia da segurança de todas as participantes envolvidas – mulheres inquiridas e inquiridoras, tal como recomendado e posto em prática pelas Nações Unidas nos seus *Rapid Gender Assessments on the socioeconomic impacts of COVID-19* (e.g. UNITED NATIONS WOMEN, 2021).

Aquelas duas organizações sistematizam os princípios éticos gerais para a recolha de informação sobre violência contra as mulheres durante a pandemia da COVID-19,

importando assegurar (UNITED NATIONS WOMEN & WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020): a segurança, privacidade e confidencialidade das mulheres entrevistadas; que não é causado dano às mulheres entrevistadas e à equipa de investigação; que as entrevistadoras estão devidamente formadas para os princípios de garantia de segurança; a existência de mecanismos e estratégias para reduzir possíveis danos causados pela recolha de dados; a disponibilização de serviços e fontes de apoio para as mulheres sobreviventes que precisarem deles.

Assim, a equipa de investigação, em articulação com a entidade executora do inquérito, garantiu a confidencialidade e o anonimato dos dados recolhidos, tendo a equipa de inquirição sido devidamente formada para o efeito. O processo de recolha da informação garantiu também a segurança das entrevistadoras, através da adoção de todas as medidas recomendadas pela Direcção-Geral da Saúde (Portugal) relativamente aos espaços de trabalho. Ainda, e à semelhança dos trabalhos anteriores da presente equipa, por forma a promover a segurança das entrevistadas, foi fornecida à equipa de inquirição um conjunto de contactos úteis, abrangendo todo o território nacional, que era fornecido às inquiridas sempre que necessário ou solicitado.

A equipa de investigação tomou, assim, todos os procedimentos de modo a procurar garantir a segurança de todos os intervenientes e mitigar os potenciais efeitos negativos da partilha dos relatos.

Prevalências da violência contra as mulheres durante a pandemia

Este ponto centra-se na descrição e análise dos principais resultados da análise da violência contra as mulheres durante a pandemia da COVID-19 (de 18 de março de 2020 até janeiro de 2021⁸), detalhando também alguns dados específicos do período do primeiro confinamento. São analisadas todas as mulheres que foram vítimas de violência durante a pandemia, independentemente de terem ou não sido vítimas num outro momento anterior das suas vidas, num total de 206 mulheres em 1500 inquiridas (13,4% do total da amostra). Esta prevalência de vitimação durante a pandemia é bastante expressiva, se considerarmos que o total de mulheres que revelam ter sofrido violência em qualquer tempo das suas vidas é de 829 (53,8% do total de inquiridas).

⁸ Data em que terminou o trabalho de campo (inquirição).

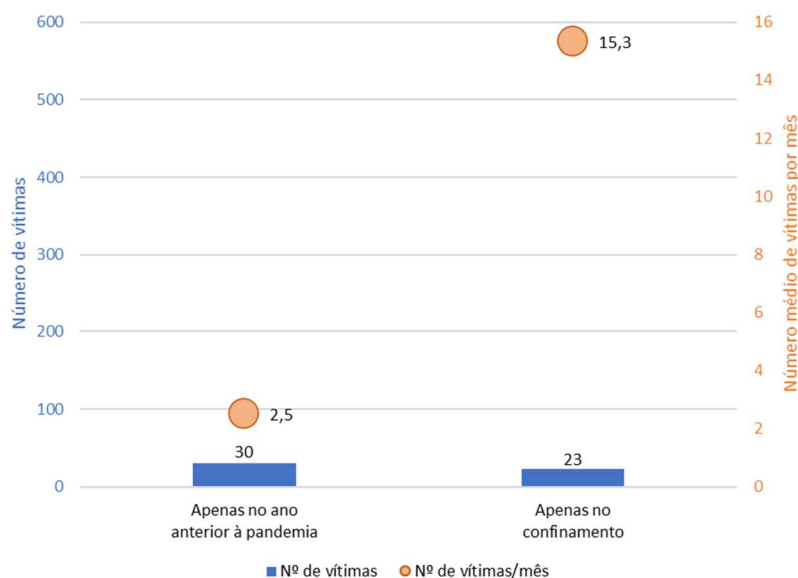
Relativamente aos tipos de violência mais predominantes durante a pandemia, observa-se uma maior prevalência da violência psicológica (166 mulheres), seguida da sexual, que também é bastante expressiva (68 mulheres) e, com menor expressão, a violência física (16 mulheres).

No caso da violência psicológica, os atos que foram referidos com maior frequência pelas inquiridas foram *‘Comportamentos, palavras e/ou insultos com o objetivo de ofender/humilhar’* (n=145) e *‘Gritos, ameaças verbais, escritas ou gestuais’* (n=129). No que diz respeito à violência física, 55 mulheres referiram ter sido alvo de *‘Agressões físicas’*. Já no que se refere à violência sexual, destacam-se as situações de assédio (sobretudo por via virtual), com 99 mulheres a reportarem terem sido alvo de *‘Mensagens escritas, telefónicas ou através das redes sociais com o propósito de a assediarem’*.

No sentido de conseguirmos ter uma avaliação mais precisa da vitimação durante este período, focamos agora a nossa análise apenas no subperíodo do primeiro confinamento, que corresponde a um mês e meio, comparando-o com os doze meses anteriores ao confinamento. Para isso, calculamos o número médio mensal de vítimas durante esses 1,5 meses do primeiro confinamento e comparamos o mesmo rácio mensal relativo aos 12 meses anteriores, como indicadores da incidência da violência. Os resultados são particularmente expressivos (ver Figura 4) e revelam que a prevalência da vitimação, durante o primeiro confinamento (15,3 vítimas/mês), foi seis vezes mais elevada que nos 12 meses anteriores à pandemia (2,5 vítimas/mês).

Ou seja, ao contrário do que pareciam indicar os primeiros números que foram conhecidos sobre as participações durante o primeiro confinamento (indicando uma redução significativa das participações em relação ao período anterior) os valores resultantes deste inquérito revelam que, de facto, o período da pandemia, nomeadamente o do primeiro confinamento, penalizou de uma forma muito intensa as mulheres vítimas. Estes dados vêm confirmar a ideia de que os períodos de crise e incerteza, ainda que mais silenciosos e ocultos, potenciam os fenómenos de assimetrias de poder que estão na base da vitimação das mulheres em consequência das desigualdades de género.

Figura 1 – Incidência da vitimação (nos 12 meses anteriores ao confinamento e apenas no confinamento; n; n/mês)



Fonte: Lisboa et al., 2021.

Esta maior incidência da violência durante o confinamento verifica-se em todos os tipos de violência, ainda que não de forma tão acentuada na violência física. Esta realidade foi abordada pelas técnicas de apoio à vítima (TAV) que participaram no grupo focal, sendo por estas referido que o contexto da pandemia favoreceu o exercício da violência. “*Pode não ter havido mais violência, mas a que havia intensificou-se. Os próprios relatos agravaram-se*”, afirmou uma das técnicas. Uma outra técnica referiu que “*(...) a violência psicológica se agravou bastante. Com o convívio passou a não haver 5 minutos de pausa, isto foi relatado em várias situações. As próprias ameaças agravaram-se, mesmo ameaças de morte*”.

Esta ideia é igualmente corroborada pelos históricos de violência durante o primeiro confinamento das mulheres vítimas participantes nos grupos focais. Um dessas participantes confirma que tanto a frequência da violência como as intensidades da mesma aumentaram na fase do primeiro confinamento. Por exemplo, a violência sexual já era pré-existente, mas intensificou-se neste período. As participantes que foram vítimas durante o período de confinamento salientaram que o controlo coercivo tendo em vista o isolamento social das vítimas, tornou-se ainda mais intenso durante aquele período. Isto significa que as atividades quotidianas das mulheres eram ainda mais vigiadas pelos

agressores, quer fossem apenas circunscritas ao espaço da casa, quer fora de casa, uma vez que os agressores as acompanhavam nas saídas de casa, como por exemplo nas idas ao supermercado.

Violência doméstica e violência nas relações de intimidade durante a pandemia

Nesta análise da violência contra as mulheres durante a pandemia, é fundamental uma observação mais detalhada dos dados relativos à violência doméstica (VD) e à violência nas relações de intimidade (VRI). Verifica-se, de entre as 206 vítimas de violência durante a pandemia, que 68 sofreram VD perpetrada por membros da família ou em contexto de relações de intimidade e que 32 dessas 68 foram vítimas dos/as seus/suas companheiros/as, atuais ou passados, configurando a tipologia de VRI.

A informação qualitativa recolhida nos dois últimos grupos focais, realizados em julho de 2021, permitiu perceber também que existiu uma extensão da violência para fora de casa mesmo no que se refere à VD e à VRI. Num dos casos discutidos no segundo grupo focal de mulheres, foi possível identificar que a violência psicológica, antes da pandemia exercida mais em casa, não só se intensificou como passou a ocorrer também fora de casa. Uma das participantes conta que, durante o confinamento, enquanto ela trabalhava o ex-companheiro ligava-lhe a dizer: *“Tenho duas coisas para te dizer: a primeira é que eu te amo e a segunda é que se brincas comigo eu mato-te”*.

Durante o primeiro confinamento, mesmo no caso de atividades fora de casa, como idas ao supermercado, os agressores faziam questão de acompanhar as mulheres como forma de controlarem as suas ações e contactos com terceiros. De facto, este dado aponta para um controlo e isolamento social ainda mais feroz fazendo com que fosse muito difícil às mulheres vítimas de violência doméstica pedissem ajuda, mesmo tendo em vista as novas formas de apoio, entretanto disponibilizadas pela Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (como, por exemplo, o SMS anónimo e sem registo no telemóvel, disponibilizado pela Comissão para a Igualdade de Género.

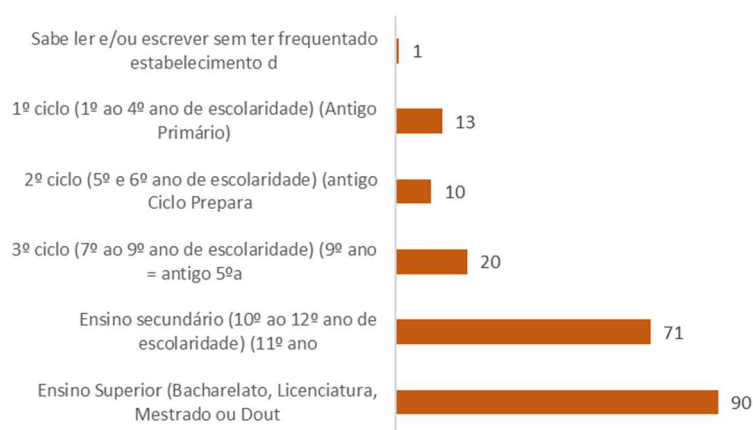
Da análise dos dados e dos testemunhos captados nos grupos focais, verifica-se, assim, que a VD e a VRI persistiram, com intensidade, durante a pandemia, e conheceram alguns novos contornos por força das transformações ocorridas na vida social e profissional, passando a existir um controlo mais acentuado dos movimentos das vítimas no espaço público.

Caracterização da vitimação na pandemia

Para uma melhor compreensão dos dados das prevalências da violência apresentados anteriormente, é fundamental detalharmos algumas das suas características. Começando pelas vítimas, observamos que a maioria das mulheres que revelou ter sofrido violência durante a pandemia está na idade ativa (entre 25 e 64 anos) e a maioria está efetivamente empregada, trabalhando por conta de outrem ou conta própria (132). Existem ainda 28 vítimas estudantes, 21 que indicaram estar reformadas, e 18 encontram-se desempregadas. A maioria das mulheres que relataram ter sofrido violência durante a pandemia são solteiras (79), embora numa proporção muito próxima das mulheres casadas (73).

Em relação ao nível de escolaridade (ver figura 5), e tal como já tínhamos observado em outros estudos realizados por esta equipa, verifica-se uma relação crescente entre o nível de escolaridade e as prevalências de violência, ou seja, quanto maior é o nível de escolaridade das mulheres, mais elevada é a prevalência da violência. Embora não exista uma associação estatisticamente significativa entre estas duas variáveis, este aspeto apela a um aprofundamento da investigação, nomeadamente, através da exploração da relação entre a violência desocultada (prevalências), o conhecimento e informação, e as próprias perceções de violência das mulheres inquiridas.

Figura 2 - Mulheres vítimas na pandemia, por nível de escolaridade (n)



Fonte: Lisboa et al., 2021.

Na análise da violência durante a pandemia, o espaço impôs-se como uma variável fundamental de análise do fenómeno, uma vez que uma das principais limitações que

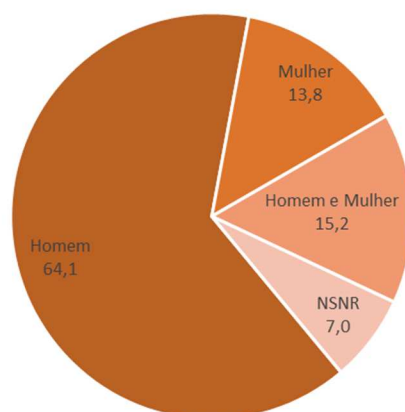
caracterizam o confinamento, relaciona-se com a circulação e a mobilidade espacial das pessoas. Assim, o espaço-residência durante a pandemia foi analisado, observando-se que a esmagadora maioria das mulheres, tanto vítimas como não vítimas, permaneceu na sua residência habitual durante o confinamento.

No entanto, observa-se que há mais mulheres vítimas durante o período da pandemia que mudaram para a casa de outras pessoas (sobretudo familiares), se compararmos com as que não sofreram qualquer ato de violência. Esta observação é reforçada pela associação estatisticamente significativa entre estas duas categorias – ‘vitimação durante a pandemia’ e ‘mudou-se para casa de outras pessoas’ ($z = 2.0$). Este dado aponta para a existência de uma relação significativa entre a vitimação durante a pandemia e a mudança de residência (para casa de familiares/amigos), o que pode indiciar estratégias de fuga/proteção ou mesmo de separação do/a agressor/a.

Foi ainda possível identificar que a já a densidade do espaço habitacional parece desempenhar um papel relevante nas dinâmicas da violência uma vez que, nos agregados domésticos com piores condições de habitabilidade (rácio assoalhadas/residentes, etc.), o contexto de pandemia/confinamento gerou ou intensificou as tensões interpessoais. Assim, recorrendo a um indicador mais concreto de condições de habitabilidade (o rácio entre a dimensão do agregado doméstico e o número de assoalhadas da habitação), foi possível encontrar uma relação estatisticamente significativa entre a densidade dos agregados e o tempo de ocorrência da vitimação ($U = 444.0$, $p = 0.02$), sendo que a densidade é significativamente mais elevada no grupo das mulheres que foram vítimas de violência só durante a pandemia, por comparação ao grupo das vítimas só no último ano.

Relativamente à autoria dos atos de violência, verifica-se que a maioria dos atos foram praticados por homens (64,1%), o que se enquadra no padrão geral que se conhece em relação à violência contra as mulheres.

Figura 13 - Autores/as da violência na pandemia (% de atos)



Fonte: Lisboa et al., 2021.

No que diz respeito ao tipo de relação existente entre agressores/as e vítimas, os dados da violência durante a pandemia assemelham-se aos dados dos estudos anteriores realizados em Portugal (CEREJO, 2014; CEREJO, 2016; LISBOA, 2016; LISBOA et al., 2003; LISBOA et al., 2009; LISBOA et al., 2009), revelando que a maioria dos agressores foram companheiros/as, atuais ou passados (27,7%), seguidos de “desconhecidos” (26,0%)⁹, dos colegas de trabalho/escola (12,6%) e ainda de outros familiares (10,2%). No que se relaciona com os espaços de ocorrência da violência durante a pandemia destacam-se os atos ocorridos ‘fora de casa’ (49,4%), seguindo-se os atos ‘dentro de casa’ (32,3%), existindo também um número considerável de atos que aconteceram ‘dentro e fora de casa’ (18,3%), ou seja, que se prolongaram para lá do espaço privado da casa, particularmente nos casos de violência psicológica já exemplificados com as situações de controle a que as mulheres se disseram submetidas. Todavia quando analisamos os atos de violência doméstica e/ou de violência nas relações de intimidade, a maioria dos atos de violência continua a ocorrer dentro do espaço privado/casa (violência doméstica: 60,7% e a violência nas relações de intimidade: 57,9%).

⁹ A percentagem relativa à autoria dos atos de violência perpetrada por desconhecidos é elevada. Apesar do esforço de análise, através de uma identificação caso a caso, para reunir mais informação sobre quem são estes desconhecidos, percebemos que eles/elas nunca foram identificados pelas inquiridas. Perante este cenário, colocamos a hipótese de se tratarem dos/as parceiros/as íntimos/as (que as inquiridas não quiseram identificar) ou de atos de violência perpetrados através de redes sociais ou de outras formas de contacto no espaço virtual.

Outro dado muito relevante diz respeito à presença de terceiros que assistiram aos atos de violência. Observa-se que durante a pandemia, cerca de metade dos atos (48,9%) foram presenciados por outras pessoas, sendo que destas, 33,5% são menores de idade. Estes dados contribuem para a confirmação de que a vitimação durante a pandemia potencializou que terceiros (nomeadamente menores) assistissem à violência exercida, multiplicando as vítimas e ampliando os consequentes impactos psicológicos, económicos e sociais. Dois dos casos relatados nos grupos focais ilustram esta realidade. Num dos casos, durante as agressões, os dois filhos assistiam a tudo, principalmente o mais pequeno que, em consequência da violência que assistiu, apresentava alguma dificuldade em se expressar. Depois do 1º confinamento, esta entrevistada separou-se do agressor. Após ajuda de terapeutas especializadas, a criança começou a revelar uma melhoria bastante significativa e passou a comunicar com muito mais facilidade. Também uma outra participante relatou que, durante o período de confinamento, a filha de 18 anos assistia a toda a violência e era agredida (física e psicologicamente) desde os 5 anos de idade. Também esta participante no grupo de discussão revelou ter pedido ajuda e deixado o agressor após o 1º confinamento.

Reações à violência sofrida

Relativamente à reação das vítimas aos atos sofridos durante a pandemia, observa-se que apesar da maioria ter dito que reagiu de forma explícita ao ato (59,0%), esta percentagem é menor do que na vitimação em geral analisada (independente do tempo de ocorrência), que é de 64,6%. Isto pode ser indiciador de algum condicionamento da ação associado ao contexto pandémico. Os tipos de reação aos atos mais referidos são o ‘contacto com as Forças Policiais’ (24,8%), as ‘agressões físicas’ (19,5%) e o afastamento (‘saiu de casa/terminou relação/afastou-se do local’) em 17,9% dos atos.

Podemos afirmar que, em paralelo com os dados quantitativos que apontam para uma percentagem de reações concretas das vítimas maior do que era habitual em estudos anteriores¹⁰ (que passam pelo contacto com as forças Policiais, sair de casa/afastar-

¹⁰ Nalguns estudos à prevalência da Violência de Género realizados em Portugal, os dados relativos a atos em que não ocorreu nenhuma reação por parte das vítimas (‘não fiz nada’) eram superiores a 50%. No único Inquérito à Violência de Género no Município de Lisboa (2016) a percentagem de inquiridas que referiu não ter feito nada em relação à violência sofrida era de 62,3% e no dos Inquérito Regional à violência de Género na Região Autónoma dos Açores (2019) percentagem de inquiridas que referiu não ter feito nada em relação à violência sofrida era de 55,6%.

se/terminar relação) também a análise qualitativa permite concluir que o contexto de pandemia despertou nas vítimas uma consciência da sua situação e motivou uma reação diferente à violência (denúncia, contacto com entidades, etc.). Este dado foi corroborado quer pelas consultoras do projeto (representantes de organizações de apoio à vítima) quer pelas técnicas de apoio à vítima que participaram nos grupos focais, nomeadamente a ONG Feministas em Movimento (FEM) e a União das Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR).

Figura 4 - Tipo de reação aos atos ocorridos na pandemia (% de atos com reação explícita)



Fonte: Lisboa et al., 2021.

Uma das mulheres participantes no segundo grupo focal revela que o contexto de pandemia fez com que “(...) tomasse ação e sentisse então a necessidade de sair de casa com a intensidade da violência a aumentar. Depois de 10 anos assim, num momento, pedi ajuda à família. Fiz queixa há duas semanas e contactei a polícia. Sei que parece pouco e que não foi logo depois do confinamento, mas para quem esteve numa prisão durante 12 meses penso que a pandemia me fez acordar para a hipótese de ter de acabar com aquele sofrimento”. Uma das outras participantes contou que rompeu com o agressor no mês seguinte ao primeiro desconfinamento, depois de um longo ciclo de violência.

Também nos interrogamos sobre o que faz com que estas mulheres quebrem o ciclo de violência, muitas delas ao fim de longas trajetórias de vitimação. No grupo focal com as TAV, e a propósito do quadro de debilidade psicológico com que estas mulheres chegaram às instituições de apoio depois do primeiro confinamento, uma das técnicas

afirmou: “*O que eu noto mais é o estado limite em que estão, elas dizem que não aguentam mais, vão sair, porque já estão num limite e dizem ‘eu largo tudo para sair’*”. Uma outra técnica de apoio à vítima refere que “*(...) antigamente para ponderarem a saída havia mais resistência do que agora [pós primeiro confinamento]*”.

Apesar de em contexto de pandemia, a denúncia às forças de segurança se poder ter tornado mais urgente e ajudado a vencer as barreiras conhecidas à denúncia, este dado pode ser um indiciador positivo de uma maior confiança das mulheres nas forças de segurança, e que poderá, também, já integrar o trabalho de comunicação e de sensibilização para a apresentação de queixa e/ou pedido de ajuda para as vítimas de violência, que foi ainda mais reforçado desde o início da pandemia. Neste caso, devemos ainda destacar a segunda reação à violência mais referida durante a pandemia – ‘agressões físicas’ – que não segue o padrão habitualmente encontrado na análise deste tipo de violência, e que pode estar relacionada com algumas das especificidades do próprio contexto pandémico: uma maior proximidade física e uma convivência quase permanente entre os elementos do agregado familiar dentro do espaço-casa, e a maior tensão interpessoal provocada pelo contexto de risco e de incerteza em que se viveu.

Observa-se, assim, que o modelo de reação das vítimas parece ter sido pautado por duas lógicas: uma associada a uma contenção ou ocultação da violência sofrida; outra, nas situações eventualmente percecionadas como mais graves ou prolongadas, em que as vítimas tentaram solucionar rápida e eficazmente a situação, através do recurso às forças de segurança, respondendo à violência com agressões físicas, ou saindo de casa/terminando a relação com o/a agressor/a.

Relativamente às mulheres que referem não ter tido reação aos atos sofridos durante a pandemia, o motivo mais apontado relaciona-se com a sua desvalorização: em 27,5% dos atos, as mulheres não tiveram uma reação explícita porque consideraram que os atos não foram ‘suficientemente graves/importantes’. Nestes casos, mais uma vez, assinalamos a desvalorização e naturalização da violência enquanto um dos fatores que potencia o uso e prática da violência contra as mulheres.

O que se conclui da análise destes dados sobre a violência ocorrida durante a pandemia é que, em parte, eles seguem o padrão de violência encontrado nas vítimas inquiridas independente do tempo de ocorrência, o que reflete o carácter estrutural desde tipo de violência, essencialmente assente em modelos sociais e culturais de desigualdades

de género. Todavia, notam-se algumas diferenças significativas, sobretudo ao nível das reações, que decorrem do contexto de risco e imprevisibilidade em que estas mulheres viveram, acrescido ao que já viviam habitualmente. De facto, a análise do período da pandemia revela-se de uma grande importância para a compreensão psicossocial do fenómeno da violência contra as mulheres, sobretudo em contexto doméstico.

Conclusões

O objetivo central deste artigo consistiu na apresentação dos principais resultados do projeto sobre O Impacto da COVID-19 na Violência Contra as Mulheres. Este foi um estudo estatisticamente representativo das mulheres portuguesas (Continente e Ilhas da Madeira e Açores) que analisou, sob diferentes ângulos e em múltiplas dimensões, a violência contra as mulheres durante o período da pandemia da COVID-19.

Uma primeira conclusão que os dados permitem retirar é que, embora se tenha encontrado um padrão estrutural de violência praticada contra as mulheres, que vem de trás, este manifesta-se, de forma agravada no período da pandemia. Assim, o risco e incerteza vividos durante a pandemia, particularmente no primeiro confinamento, vulnerabilizou ainda mais as mulheres vítimas.

Apesar do período pandémico estudado nesta pesquisa corresponder a cerca de 10 meses, a prevalência da violência perpetrada contra as mulheres nesse período, no conjunto das 1541 inquiridas, é considerável (13,4%), uma vez que representa um quarto de todas as vítimas (independentemente do momento da vida em que os atos ocorreram).

De facto, ao contrário do que indicavam os primeiros dados sobre as participações às forças de segurança durante o primeiro confinamento, com uma redução significativa em relação ao período anterior, a violência contra as mulheres durante a pandemia foi particularmente intensa uma vez que o número médio de vítimas por mês durante o primeiro confinamento foi seis vezes mais elevado do que nos 12 meses anteriores à pandemia. Assim, mesmo que num primeiro momento as situações de crise e incerteza possam ocultar a visibilidade dos atos de violência, de facto, estes dados revelam que tal não aconteceu. O que se observa é que o confinamento potenciou o aumento da incidência da violência contra as mulheres. Assim, apesar dos dados oficiais relativos às queixas não traduzirem essa realidade, as mulheres portuguesas, sofreram processos intensos de controlo coercivo e isolamento social durante este período. Refira-se ainda que cerca de um terço (33%) das mulheres vítimas durante a pandemia, foram-no em contexto de

violência doméstica (atos perpetrados por membros da família ou em contexto de relações de intimidade) e que em metade dessa percentagem, os/as autores/as foram companheiros/as, atuais ou passados/as.

O padrão da violência perpetrada durante a pandemia, em termos dos diferentes tipos de violência, é semelhante ao encontrado em outros estudos, com valores mais expressivos na violência psicológica. Nota-se, no entanto, que a violência sexual tem uma percentagem mais elevada do que em estudos anteriores, com destaque para as *'Mensagens escritas, telefônicas ou através das redes sociais com o propósito de assediarem'*. Algum isolamento resultante da pandemia pode ter potenciado este tipo de atos. O que estes resultados revelam é que, em função do contexto, os atos vão variando, mas as dimensões estruturais deste tipo de violência mantêm-se.

Quanto às características biográficas e socioculturais das mulheres inquiridas, foi possível perceber que a vitimação é transversal aos diferentes grupos etários e níveis de escolaridade, ainda que no caso das que têm o ensino superior, o seu número duplique quando comparadas com as mulheres que foram vítimas apenas no ano anterior à pandemia.

Existe, no entanto, uma clara associação estatística entre algumas variáveis de caracterização sociodemográfica e a vitimação. Exemplos desta associação são o estado civil (as mulheres casadas ou que vivem em situação de conjugalidade têm maior probabilidade de ser vítimas de violência), assim como nas condições de habitabilidade mais precárias (à medida que aumenta o rácio entre a dimensão do agregado doméstico e o número de assoalhadas da habitação é maior a probabilidade de se ser vítima), igualmente em relação ao ter morado com o/a companheiro/a e filhos.

Os dados da reação das vítimas deste estudo revelam uma alteração significativa do padrão conhecido em outras investigações: mais de metade das vítimas diz ter reagido explicitamente aos atos, quer através da participação às forças de segurança, quer consumando o afastamento do agressor ou mesmo defendendo-se através de atos físicos. Note-se que a reação física à violência não é muito habitual nos estudos desenvolvidos anteriormente. Neste caso, pode estar relacionada com a maior proximidade física e uma convivência quase permanente com o agressor, ou mesmo com uma maior tensão emocional provocada pelo contexto da pandemia, mas pode também ser um sinal de uma mudança no padrão de reação das vítimas, fora dos modelos estereotipados da

feminilidade tradicional, adotando como estratégia de defesa o confronto direto com o/a agressor/a.

Nesse sentido, e também à luz da análise qualitativa desenvolvida para este estudo, o contexto de pandemia parece ter contribuído para despertar numa parte das vítimas a necessidade imperiosa de romper com o ciclo da violência, sobretudo nos casos percebidos como mais graves, motivando-as a solucionar rápida e eficazmente a situação, tanto pelo recurso às forças de segurança, como saindo de casa ou reagindo fisicamente. Todavia, temos ainda cerca de metade das vítimas que segue o padrão tradicional, no sentido de não ter uma reação explícita.

É certo que este estudo confirma muitos dos padrões e regularidades que já conhecíamos como o uso dos métodos coercivos de controle das vítimas por parte dos agressores, a exposição dos menores de idade à violência, na sua maioria filhos/as que acabam eles e elas mesmos/as por serem vítimas de agressão, a dificuldade de muitas mulheres romperem o ciclo da violência e denunciar, as inúmeras e marcantes consequências para a sua vida e saúde física e psicológica. Todavia, os dados relativos à violência durante o período pandêmico, também expõem algumas novas dinâmicas que carecem de maior conhecimento acadêmico. É certo que a pandemia, acentuou tensões interpessoais que exponenciaram o uso da violência, tornando as mulheres mais vulneráveis e expostas à violência. Sobre este aspeto, um dado novo é a maior exposição à violência fora de casa. Esta já não é, apenas, a violência que as paredes das casas silenciavam e este novo contorno, desloca-a mais para o espaço público.

Também se observa que muitas dessas mulheres reagem, atualmente, de forma mais explícita à violência e esse é um passo importante no combate a este tipo de desigualdade de género. Esta é uma boa notícia que nos responsabiliza ainda mais, enquanto sociedade, no combate à violência de género. Enquanto académicos, mas também enquanto cidadãos e cidadãs, devemos a todas as mulheres que foram vítimas de violência, e as que a ela se mantêm expostas, continuar esta luta por via de uma compreensão do fenómeno que se quer, sempre, mais aprofundada e com impacto efetivo e eficaz na definição de políticas públicas de prevenção e proteção.

Bibliografia

ARENAS-ARROYO, Esther; FERNANDEZ-KRANZ, Daniel; NOLLEMBERGER, Natalia. Intimate partner violence under forced cohabitation and economic stress: Evidence from the COVID-19 pandemic. *Journal of Public Economics*, 194, 104350. 2021.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA. Projeto Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica em Tempos de Pandemia. *Newsletter*, 2º Edição, janeiro, 2021. Disponível em: https://apav.pt/apav_v3/images/press/VMVD_newsletter_2.html. Acesso em: 4 jan. 2023.

BRYMAN, Alan. *Social research methods*. Oxford: Oxford University Press. 2012.

CEREJO, Dalila. *Viver sobrevivendo: Emoções e dinâmicas socioculturais nos processos de manutenção das relações conjugais violentas*. Tese. Doutorado em Sociologia, Departamento de Sociologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014. 408 pp. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/14101>. Acesso em: 13 Junho, 2022

CEREJO, Dalila. Metodologia de Detecção de Indicadores de Expressão Emocional no Contexto da Violência Doméstica. In: LISBOA, Manuel (Org.). *Metodologias de investigação sociológica: problemas e soluções a partir de estudos empíricos*. Vila Nova de Famalicão: Húmus. 2016. 287–312.

DIAS, I. (2010). *Violência na família – Uma abordagem sociológica*. Edições Afrontamento.
EBERT, Cara; STEINERT, Janina. Prevalence and risk factors of violence against women and children during COVID-19, Germany. *Bulletin of the World Health Organization*, 99, 6, 429–438. 2021.

EUROPEAN UNION AGENCY FOR FUNDAMENTAL RIGHTS. Violence against women: an EU-wide survey - Survey methodology, sample and fieldwork. Technical report. Publications Office of the European Union. 2014. Disponível em: https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra-2014-vaw-survey-technical-report-1_en.pdf. Acesso em: 21 Maio, 2022

GAMA, Ana; PEDRO, Ana Rita; CARVALHO, Maria João Leote; GUERREIRO, Ana Esteves; DUARTE, Vera; QUINTAS, Jorge; MATIAS, Andreia; KEYGNAERT, Ines; DIAS, Sónia. Domestic violence during the COVID-19 Pandemic in Portugal. *Portuguese Journal of Public Health*, 38, Suppl. 1, 32–40. 2020.

GARCÍA-MORENO, Claudia; JANSEN, Henrica; ELLSBERG, Mary; HEISE, Lori; WATTS, Charlotte. *WHO Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women. Initial results on prevalence, health outcomes and women's responses*. World Health Organization. 2005. Disponível em: <https://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/24159358X/en>. Acesso em: 1 de Julho, 2022

HAMEL, Christelle. *VIRAGE Survey Violence and Gender Relations: Contexts and Consequences of Violence Against Women and Men*. INED Documents de Travail n°. 212. 2014. Disponível em: https://virage.site.ined.fr/fichier/s_rubrique/20838/working_paper_2014_212_gender_violence.fr.pdf. Acesso em: 1 de Julho, 2022

INSTITUT NATIONAL D'ÉTUDES DÉMOGRAPHIQUES. Virage. Méthodologie: Bilan de collecte. 2020. Disponível em: <https://virage.site.ined.fr/fr/methodologie/bilan-de-collecte>. Acesso em: 15 de Agosto, 2022

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Informação aos utilizadores. O modo de recolha de informação no Inquérito ao Emprego vai ser alterado. 2010. Disponível em https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=105274393&att_display=n&att_download=y . Acesso em: 6 de Junho de 2022

LISBOA, Manuel. Para uma análise intersistémica da violência de género. In: LISBOA, Manuel (Org.). *Metodologias de investigação sociológica: problemas e soluções a partir de estudos empíricos*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2016. 349–368.

LISBOA, Manuel; BARROSO, Zélia; MARTELEIRA, Joana. *O contexto social da violência contra as mulheres detectada nos Institutos de Medicina Legal*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. 2003.

LISBOA, Manuel; BARROSO, Zélia; PATRÍCIO, Joana; LEANDRO, Alexandra. *Violência e género – Inquérito nacional sobre a violência exercida contra mulheres e homens*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. 2009.

LISBOA, Manuel; CEREJO, Dalila; TEIXEIRA, Ana Lúcia; ROSA, Rosário; QUEIRÓS, Margarida; TORGAL, Jorge; PINHÃO, Madalena; JESUS, Miguel. *O Impacto da COVID-19 na Violência Contra as Mulheres: Uma Análise Longitudinal*. Relatório Final. Lisboa: NOVA FCSH. 2021.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA. *Relatório sobre a aplicação da 2ª declaração do estado de emergência*. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna. 2020. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Documents/2020/abril/Relatorio-Governo-II.pdf>. Acesso em: 18 de Maio de 2021

MINISTERIO DE SANIDAD, SERVICIOS SOCIALES E IGUALDAD. *Macroencuesta de Violencia Contra La Mujer 2015. Avance de resultados*. Gobierno de España. Ministerio de Sanidad, Política Social e Igualdad. 2015. Disponível em: <https://www.mscbs.gob.es/gabinetePrensa/notaPrensa/pdf/30.03300315160154508.pdf>. Acesso em: 13 Setembro de 2022

PERAUD, William; QUINTARD, Bruno; CONSTANT, Aymery. Factors associated with violence against women following the COVID-19 lockdown in France: Results from a prospective online survey. *PLoS ONE*, 16, 9, e0257193, setembro. 2021.

TJADEN, Patricia; THOENNES, Nancy. *Full report of the prevalence, incidence, and consequences of violence against women: Findings from the national violence against women survey*. National Institute of Justice and Centers for Disease Control and Prevention. 2020. Disponível em: <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/183781.pdf>. Acesso em: 19 de Maio de 2022

UNITED NATIONS. *Guidelines for Producing Statistics on Violence against Women – Statistical Surveys*. Department of Economic and Social Affairs. 2014. Disponível em https://unstats.un.org/unsd/gender/docs/Guidelines_Statistics_VAW.pdf. Acesso em: 5 Dezembro 2021



UNITED NATIONS. *Policy Brief: The Impact of COVID-19 on Women*. United Nations. 2020. Disponível em: https://asiapacific.unwomen.org//media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2020/policy_brief-the-impact-of-covid-19-on-women-en.pdf?la=en&vs=1406. Acesso em: 2 Março de 2022

UNITED NATIONS WOMEN. *Rapid Gender Assessment (RGA) on the impact of COVID-19 on women and men in Eswatini*. United Nations Women. 2021. Disponível em: <https://data.unwomen.org/sites/default/files/documents/Publications/Eswatini%20RGA.pdf>. Acesso em: 2 Março de 2022

UNITED NATIONS WOMEN & WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Violence against women and girls. Data collection during COVID-19*. 2020. Disponível em: https://www.unwomen.org//media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2020/vawg_data-collection-during-covid-19-compressed.pdf?la=en&vs=2339. Acesso em: 2 Março de 2022

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *COVID-19 and violence against women. What the health sector/system can do*. 2020a. Disponível em: <https://www.who.int/reproductivehealth/publications/emergencies/COVID-19-VAW-full-text.pdf?ua=1>. Acesso em: 2 Março de 2022

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Survey tool and guidance. Rapid, simple, flexible behavioural insights on COVID-19*. 2020b. Disponível em: <http://www.euro.who.int/en/health-topics/health-emergencies/coronavirus-141covid-19/novel-coronavirus-2019-ncov-technical-guidance-OLD/who-tool-for-behavioural-insights-on-covid-19>. Acesso em: 2 Março de 2022